

# 'Centrão' derrota esquerda no primeiro confronto

BRASÍLIA — O Centrão, agrupamento de parlamentares moderados e conservadores, impôs à esquerda e à liderança do PMDB uma derrota logo no primeiro confronto no plenário da Constituinte: aprovou por 271 votos contra 223 (houve duas abstenções) pedido para que se vote em primeiro lugar projeto do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), que altera profundamente o Regimento Interno, permitindo que se alterem títulos e capítulos inteiros do projeto de Constituição e exigindo pelo menos 280 votos para confirmar o que a Comissão de Sistematização já aprovou.

Isso quer dizer que, se o projeto de Roberto Cardoso Alves for aprovado na sessão que começará às 10 horas de hoje — o que ontem à noite era considerado praticamente certo diante da larga maioria de votos conquistada pelo Centrão — a Constituinte voltará à estaca zero, anulando tudo o que foi aprovado na Comissão de Sistematização. Se antes eram necessários 280 votos para alterar o texto aprovado pela Sistematização — no qual estão questões como o mandato de 4 anos do presidente, o sistema parlamentarista de governo, jornada de 40 horas, a demissão imotivada, entre outras — com a aprovação do projeto de Roberto Cardoso Alves serão necessários 280 votos para confirmar todos os artigos que sofreram emenda na Sistematização. O projeto do Centrão prevê ainda que, se houver pedido para votar um artigo em separado, ele só será reincluído no texto se obtiver 280 votos.

**Surpresas** — A votação de ontem foi marcada por muita torcida de ambos os lados. Os deputados Ulysses Guimarães e Jorge Arbage se abstiveram de votar e alguns votos surpreenderam, sendo aplaudidos mais do que os demais, como o da deputada Rita Camata (PMDB-ES), que votou contra o Centrão enquanto o marido, senador Gerson Camata, (PMDB-ES) votou a favor. Também foram muito aplaudidos os votos de Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), Lúcio Ancântara, Lavoisier Maia (PDS-RN), Mendes Ribeiro (PMDB-RS) e Michel Temer (PMDB-SP), que votaram contra os conservadores apesar de terem assinado o documento do grupo.

Faltaram à votação 63 constituintes, entre os quais os senadores Marco Maciel e Carlos Chiarelli. Alguns dos ausentes eram considerados votos da esquerda, como Francisco



Covas (E, atrás de Ulysses) ouve Amaral Neto

Pinto (PMDB-BA), Euclides Scalco (PMDB-PR), João Hermann Neto (PMDB-SP), Mário Maia (PDT-AC), Nelson Carneiro (PMDB-RJ) e Roberto Freire (PCB-PE). Mas do lado do Centrão também faltaram muitos votos, como os de Ronaldo Carvalho (PMDB-MG), Ruy Baccelar (PMDB-BA), Manoel Castro (PFL-BA).

Com a votação, ficou demonstrada a hegemonia do Centrão, porque faltaram somente nove votos para que alcançasse a maioria absoluta, número mínimo exigido para as votações constitucionais.

Apesar dos protestos da esquer-

da, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, decidiu que para votar alterações no regimento não é necessária maioria absoluta de votos (280), mas apenas a maioria simples (a metade mais um dos presentes), desde que estejam no plenário 280 constituintes. Foi por isso que a prioridade para votar o projeto de Roberto Cardoso Alves foi aprovada por menos de 280 votos. O deputado Luís Salomão (PDT-RJ) protestou e recorreu através de documento, mas Ulysses não acatou o recurso, enviando-o para a Comissão de Organização dos Poderes, que dará parecer.

## Proposta muda estabilidade

A proibição da demissão imotivada — principal conquista da esquerda na Constituinte — é assunto para a legislação ordinária e não para a Constituição. Os aposentados não devem receber salário integral, com todas as vantagens de um trabalhador ativo, como está hoje no projeto. E o monopólio do petróleo é relativo.

Essas propostas constam de uma lista de 30 pontos que o "grupo dos 32", comandado pelo senador José Richa (PMDB-PR), pretende modificar nas votações do plenário. O grupo, que na primeira fase da Constituinte ajudou o relator Bernardo Cabral a elaborar o seu projeto, voltou a se reunir anteontem para traçar estratégias para a última fase. A proibição da demissão imotivada (ou estabilidade no emprego, segundo os empresários) é um dos principais pontos da lista. O grupo quer reduzir o artigo que trata da estabilidade a uma frase curta e objetiva, do tipo: "o contrato de trabalho é protegido, nos termos da lei, contra despedida imotivada ou sem justa causa".

**Receio** — O objetivo não é derrubar a estabilidade, garante o senador Virgílio Távora (PDS-CE), um dos principais articuladores do grupo. Segundo ele, se a futura Constituição entrar em muitos detalhes sobre demissão imotivada, o assunto vai se esgotar na futura Carta, ao passo que na legislação ordinária os trabalhadores poderão ter maiores ganhos. E foi com esse raciocínio — de que na legislação ordinária existe mais espaço — que o grupo decidiu lutar também para derrubar outra vitória da esquerda: o pagamento de hora extra em dobro.

A idéia é não estipular número e registrar apenas que "o serviço extraordinário de trabalho deve ter remuneração superior ao normal". Para essa proposta,

Virgílio Távora tem outra explicação: "Há empresa que não suporta pagar hora extra em dobro e existem outras, maiores, que podem pagar mais que o dobro. Estamos com receio de ser autoritários", disse.

Em relação à aposentadoria, o grupo acha que como o tema está no projeto, o Brasil terá pela primeira vez "os marajás da aposentadoria", uma vez que os ricos vão contribuir durante o trabalho de acordo com um teto estabelecido pela Previdência (que não é alto) para depois receberem aposentadoria com base nos seus altos salários, somados a todas as vantagens. O grupo está discutindo uma fórmula mais amena.

**Restrição** — Outra modificação pretendida: suprimir do atual projeto a proibição de empresas estrangeiras atuarem na distribuição de derivados de petróleo.

Sobre esse assunto, o grupo sugere também maior restrição aos contratos de risco, que, de acordo com a sugestão, só poderão ser permitidos às empresas estrangeiras de países onde as empresas brasileiras também possam entrar. O grupo quer ainda acabar com a imprescritibilidade das ações trabalhistas, outra fórmula das lideranças de esquerda que foi aprovada pela Comissão de Sistematização. O senador Virgílio Távora pretende transformar o tráfico de drogas e o terrorismo em crimes inafiançáveis (isso não está previsto no atual projeto).

As propostas do grupo foram discutidas anteontem e ontem de manhã, a partir de um estudo que o senador José Richa encomendou ao Prodasen (Serviço de Processamento de Dados do Senado), comparando todos os projetos e propostas da futura Constituição. Da lista do grupo escaparam dois assuntos: a reforma agrária e o capítulo da Ordem Econômica.

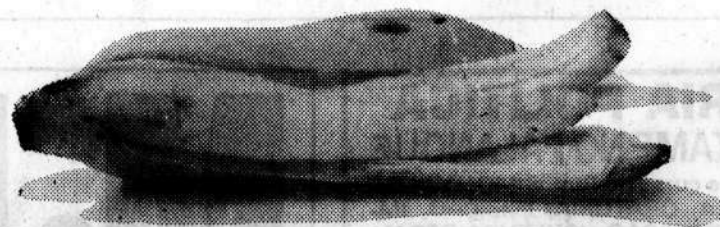
## Dornelles não evita 'racha'

No cafezinho interno do plenário da Câmara, às três e meia da tarde, os constituintes e ex-ministros Delfim Neto (PDS-SP) e Roberto Campos (PDS-MF), procuraram o também deputado e ex-ministro Francisco Dornelles (PFL-RJ), para tentar demovê-lo da posição de apoiar o projeto de reforma do regimento interno da Constituinte apresentado pela Mesa. Cerca de 40 parlamentares já haviam assinado a carta ao coordenador geral do Centrão, Daso Coimbra (PMDB-RJ), preparada por Dornelles e pelo deputado José Maria Eymael (PDS-SP), formalizando a dissidência.

A conversa entre os três ex-ministros foi curta. Não durou mais de cinco minutos. Começou em voz baixa, mas cochichos ao pé do ouvido, mas acabou de forma tensa, com os três gesticulando muito, defendendo veementemente seus pontos de vista. Dornelles manteve-se irredutível. Desde anteontem, vários deputados que haviam assinado o documento do Centrão já davam sinais de descontentamento com a estratégia de confronto adotada pela maioria do grupo. Muitos deles declaravam-se, em conversas particulares, satisfeitos com a decisão da Mesa de abrir prazo para novas emendas ao projeto. Para eles, era suficiente o objetivo já alcançado de permitir uma maior participação do plenário na elaboração da Constituição.

Esses parlamentares descobriram também que tinham uma preocupação comum: o medo do "buraco negro". Ou seja, a possibilidade de a Constituição ficar cheia de lacunas, devido à exigência do grupo de que não só as emendas mas também as matérias a que eles se referiram tenham de obter 280 votos em plenário para serem aprovadas.

# A ESTABILIDADE VEM AÍ



## Emenda une Planalto e PDT

A emenda com que o Palácio do Planalto pretende restaurar o presidencialismo deverá ser apresentada com a colaboração do PDT. O deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP), que patrocina a emenda defendida pelo líder do governo, Carlos Sant'anna, tem um encontro hoje com o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), para adaptarem suas emendas presidencialistas. A de Theodoro foi redigida sob a inspiração de Saulo Ramos; a de Vivaldo tem com meta a eleição de Leonel Brizola.

"Se tantas pessoas do Centrão votaram na minha emenda quando ela foi apresentada na Comissão de Sistematização, não há por que agora eu recusar uma aliança com eles para fazê-la vitoriosa", disse o parlamentar pedetista. Segundo ele, o que importa é garantir a eleição de Brizola num regime em que ele seja chefe de Estado e de governo.

**Censura** — A emenda de Vivaldo Barbosa restaura o presidencialismo exa-

tamente como ele é hoje, inovando apenas na fixação de quatro anos de mandato e no instituto da moção de censura, que poderá ser dirigida a qualquer ministro, inclusive aos militares. É exatamente nesse ponto que os dois parlamentares ainda não entraram em acordo. A emenda de Theodoro Mendes, que fixa cinco anos, na forma idealizada por Saulo Ramos, prevê também a moção de censura, mas dela exclui os ministros militares. Outra novidade da emenda do PDT é a criação do instituto do plebiscito para dirimir conflitos entre o Executivo e o Legislativo.

Tanto quanto a emenda de Vivaldo Barbosa, a de Theodoro Mendes admite a iniciativa legislativa em matéria financeira, cria uma comissão mista para fiscalizar via Legislativo todos os atos da administração pública e estabelece que a censura do Congresso aos ministros terá que ser decidida por maioria absoluta.

## Waldir acha demissão na Ceplac represália

BRASÍLIA — O governador da Bahia, Waldir Pires, considerou que a demissão do secretário-geral da Ceplac (Comissão Executiva para a Lavoura Cacaueira), João Carlos Monteiro Carvalho, foi "a segunda retaliação do governo federal contra a Bahia em uma semana". Por este motivo, ele recusou-se a comparecer à posse do novo dirigente do órgão, Joaquim Cardoso Filho, indicado pelo deputado Jorge Viana (PMDB-BA), defensor dos cinco anos de mandato para o presidente Sarney.

Ontem foi demitida do Ministério da Saúde a mulher do deputado Celso Dourado (PMDB-BA), Neuzia Amélia Regis Dourado, assessora da Divisão de Educação e Saúde do ministério, indicada pelo ex-ministro Roberto Santos.

Segundo o deputado Jorge Hage (PMDB-BA), autor da emenda que reduziu o mandato de Sarney, a substituição do secretário-geral da Ceplac é o recrudescimento "do ânimo de retaliação do governo a partir do momento em que baixou no Palácio do Planalto o espírito do ministro Antônio Carlos Magalhães, somado a um antigo anseio das multinacionais do cacau que nunca viram com bons olhos o antigo dirigente, que estava reerguendo a Ceplac".

**Solução técnica** — João Carlos Monteiro de Carvalho foi indicado há um ano para a Ceplac pelo próprio ministro Iris Rezende. Como a campanha eleitoral, na época, estava em curso, seu nome foi apresentado como uma solução técnica. Efetivamente, Monteiro de Carvalho não era ligado a nenhum parlamentar baiano.

Depois da posse de Waldir Pires, em março, sua permanência à frente da Ceplac foi confirmada, com os apoios que conquistou. O deputado Jorge Viana tentou substituí-lo, primeiramente, por seu enteado, Carlos Augusto, que já ocupa o segundo cargo em importância na Ce-

plac, o de secretário adjunto. A reação foi forte e ele fixou-se em Joaquim Cardozo.

"O novo secretário-geral é ligado a mim — confirma o deputado Jorge Viana — e tem o apoio de 90 sindicatos, da associação de exportadores, de industriais e do clube de diretores lojistas". Segundo Viana, o antigo secretário-geral da Ceplac foi demitido "por corrupção".

— Durante a campanha eleitoral na Bahia — prossegue —, o governador Waldir Pires disse que não seria complacente com quem tocasse no dinheiro público. Foi constatada na Ceplac a contratação de 339 funcionários sem concurso; foram gastos CZ\$ 100 mil em chocolate para distribuir nos gabinetes de Brasília; distribuiu-se dinheiro para 96 sindicatos patronais e nada foi dado para os sindicatos de trabalhadores rurais; gastou-se, ainda, CZ\$ 1 milhão para a Festa do Cacau, no mês passado, enquanto o setor do cacau está sem dinheiro. Isso é retaliação? Só a esquerda radical é que apoiava o antigo secretário-geral.

— É mentira — reage o deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA). — João Carlos é um técnico sério e competente, indicado por consenso da bancada.

Durante a posse do novo secretário da Ceplac, na terça-feira, o representante do governo da Bahia em Brasília, Carlos Meirelles, esteve presente mas ressaltou que comparecia na condição de membro do conselho deliberativo do órgão e não como representante de Waldir Pires. Na hora dos discursos, Joaquim Cardoso Filho citou todos os presentes e referiu-se a Meirelles como "representante do governador Waldir Pires". Em gesto inédito neste tipo de solenidade, Meirelles interrompeu o discurso do empossado: "O governador da Bahia não mandou representantes para esta posse. Estou aqui como membro da Ceplac."

□ A partir de 1º de dezembro, 150 outdoors serão espalhados pela Ademi — Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário nas ruas do Rio, principalmente na Avenida Brasil, com um convite para que a população medite sobre o artigo do projeto de Constituição que proíbe a demissão de empregados sem motivos. Cada um dos municípios do interior do estado também receberá o mesmo outdoor. A campanha, produzida pela agência Contemporânea, será completada em seguida através dos jornais, com um anúncio em que os empresários tentarão convencer a população de que estabilidade de um lado significa desemprego do outro. "Esta gangorra pode balançar o país", dirá o anúncio. O presidente da Ademi, Carlos Firme, disse que em nenhuma hipótese a demissão de funcionários não fechada com os empresários observou que muitos deles ameaçam encerrar seus negócios se o princípio da demissão imotivada for mantido.